

INFORMATIVO

Afro-descendentes na América Latina: quantos?

“Consideramos como essencial que todos os países da região das Américas e todas as outras áreas da Diáspora Africana reconheçam a existência de sua população de descendência africana e as contribuições culturais, econômicas, políticas e científicas feitas por essa população, reconheçam a persistência do racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata que a afeta de forma específica, bem como reconheçam que, em muitos países, a desigualdade há muito existente em termos de acesso, inter alia, à educação, cuidados da saúde e habitação tem sido uma causa profunda das disparidades socioeconômicas que a atinge.”

Declaração da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. Durban, África do Sul – 2001 – parágrafo 33.

Os dados censitários oferecem aos formuladores de política um instrumento essencial para a formulação e avaliação de políticas. Poucos países do Hemisfério oferecem uma contagem confiável de sua população de descendência africana. Isto representa um obstáculo a uma análise e formulação de políticas em bases sólidas. O mapa na página anterior reúne as melhores cifras disponíveis sobre afro-latino-americanos e procura avançar os esforços de estimativas demográficas anteriores, especialmente o estudo de Bello e Rangel¹. Entretanto, as nossas cifras também deixam muito a desejar, uma vez que tivemos de recorrer às estimativas demográficas do World Factbook da CIA e a outras fontes secundárias no tocante a muitos países que não coletam as próprias estatísticas sobre raça ou não as tornam acessíveis ao público. Diante de uma ampla série de termos empregados pelos países da região em questão de classificação racial, seguimos a convenção estabelecida por diversos fóruns internacionais, especialmente a Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, na utilização do termo “afro-descendente” ao segmento da população com antepassados africanos. Ao apresentarmos essas cifras, nós nos unimos a outros esforços, tais como o projeto Todos Contamos, patrocinado pelo Banco Mundial e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, no incentivo aos países da América Latina a que reconheçam e contem as populações afro-descendentes.

| País | População do país (Em milhares) | Pop. de afro-descendentes (Em milhares) | % da população total |
|-------------------|--|--|---------------------------------|
| Antígua e Barbuda | 65 | 58 | 90 |
| Argentina | 37,813 | N/A | – |
| Bahamas | 300 | 255 | 85 |
| Barbados | 277 | 249 | 90 |
| Belize | 232 | 72 | 31 |

¹ BELLO, A. e M RANGEL. 2000. Etnicidad, “Raza” y Equidad en América Latina y el Caribe. Santiago: CEPAL.

| | | | |
|-------------------------|---------|--------|------|
| Bolívia | 5,685 | 2 | 0,04 |
| Brasil | 169,799 | 76.419 | 45 |
| Chile | 15,498 | N/A | – |
| Colômbia | 40,262 | 10,562 | 26 |
| Costa Rica | 3,810 | 73 | 2 |
| Cuba | 11,224 | 6,959 | 62 |
| Dominica | 74 | 72 | 97 |
| República Dominicana | 8,721 | 7,326 | 84 |
| Equador | 12,337 | 1,234 | 10 |
| El Salvador | 6,354 | N/A | – |
| Guiana Francesa | 182 | 120 | 66 |
| Grenada | 89 | 85 | 95 |
| Guadeloupe | 436 | 392 | 90 |
| Guatemala | 13,314 | N/A | – |
| Guiana | 698 | 316 | 45 |
| Haiti | 7,064 | 6,710 | 95 |
| Honduras | 6,560 | 131 | 2 |
| Jamaica | 2,300 | 2,247 | 98 |
| México | 103,400 | N/A | – |
| Nicarágua | 5,024 | 452 | 9 |
| Panamá | 2,882 | 403 | 14 |
| Paraguai | 5,884 | N/A | – |
| Peru | 26,749 | 1,400 | 5 |
| Saint Kitts e Nevis | 43 | 42 | 98 |
| S. Vicente e Grenadines | 116 | 99 | 85 |
| Santa Lúcia | 160 | 154 | 96 |
| Suriname | 436 | 179 | 41 |
| Trinidad e Tobago | 1,164 | 674 | 58 |
| Uruguai | 3,386 | 135 | 4 |
| Venezuela | 22,803 | 2,280 | 10 |

Fontes:

Fontes governamentais: Belize, Central Statistical Office of Belize, Table B1, Total Population by Ethnicity and Sex for Major Divisions, pode ser recebido eletronicamente mediante pedido; Bolívia, Instituto Nacional de Estadística de Bolivia, Quadro No 3.01.20 1999-2000, <http://www.ine.gov.bo>; Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Demográfico - 2000 <http://www.ibge.gov.br>; Colômbia, Departamento Nacional de Planeación de Colombia, Comisión Para la Formulación del Plan Nacional de Desarrollo de la Población Afrocolombiana, Hacia una Nación Pluriétnica y Multicultural, Bogotá, D.C., dezembro de 1998; Costa Rica, Instituto Nacional de Estadística y Censos de Costa Rica, Censo 2000, <http://www.inec.go.cr>; Jamaica, Interview with Merville Anderson of Statistical Institute of Jamaica, cifras tiradas do censo de 1991.

Fontes secundárias:

Guiana, Mejía, J. and Moncada, G., Las variables de etnia y raza en las encuestas de hogares en América Latina y el Caribe, apresentado em Todos Contamos. Los Grupos Étnicos en los Censos en Cartagena, Colômbia, 7 a 10 de novembro de 2000, com base numa pesquisa de domicílios realizada em 1999.

Peru, relatório do Banco Mundial N° 19867-PE, 5 de janeiro de 2000.

Antígua e Barbuda (1970), Dominica (1981), Saint Kitts e Nevis (1980), Serviço do Censo dos EUA, Banco de Dados Internacional, <http://www.census.gov/ipc/www/idbnew.html>

Bahamas, Barbados, Cuba, República Dominicana, Guiana Francesa, Grenada, Guadeloupe, Haiti, Honduras, Nicarágua, Panamá, São Vicente e Grenadines, Santa Lúcia, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai: CIA World Factbook 2002 <http://www.cia.gov/cia/publications/factbook/index.html>

Equador, Venezuela, Minorities at Risk Project, University of Maryland, 1998, <http://www.cidcm.umd.edu/inscr/mar/about.htm>

Diálogo sobre Raça

O Diálogo Interamericano considera a exclusão social dos homens e das mulheres de descendência africana como uma das questões mais prementes de política e desenvolvimento do Hemisfério. O programa do Diálogo sobre relações raciais tem dois grandes objetivos. Procuramos, em primeiro lugar, aumentar a visibilidade das populações afro-latinas, de suas condições de vida inferiores e dos efeitos da discriminação racial; e, segundo, promover a incorporação de preocupações relacionadas com a raça na agenda de política de desenvolvimento dos governos e entidades de cooperação internacional. Em última análise, o programa visa a fortalecer a participação socioeconômica e política de afro-descendentes na América Latina e do Caribe. Além disso, o programa tem por objetivo ser fonte independente de informação, análise e idéias sobre questões que afetam os afro-latino-americanos. Em junho de 2000, o Diálogo uniu-se a várias outras instituições que trabalham em questões relacionadas com os afro-descendentes nas Américas para formar a Consulta entre Agências sobre Raça na América Latina (IAC, segundo sua sigla em inglês). Esse fórum serve como mecanismo para as organizações participantes e outros grupos relevantes intercambiarem informação e análises sobre a situação de afro-latino-americanos e promove o diálogo entre esses grupos nos Estados Unidos e na América Latina. O objetivo desta publicação é divulgar informação sobre populações afro-latinas, bem como sobre as atividades recentes do programa relacionadas com afro-latino-americanos.

Atividades do programa

Discutindo Ação Afirmativa

Em novembro de 2002, o programa sobre raça do Diálogo Interamericano organizou uma discussão sobre iniciativas de ação afirmativa com apresentações de Robert Cottroll, da Faculdade de Direito da Universidade George Washington, e Charles Moore, da Universidade das Índias Ocidentais. Ambos os expositores se disseram entusiasmados pela maior visibilidade da ação afirmativa no Brasil – na mídia e conforme proposta pela legislação estadual e federal – tanto em virtude das implicações dessa política para parcelas consideráveis da população afro-brasileira quanto pelo exemplo que dá aos outros países latino-americanos.

Robert Cottroll expôs seu estudo sobre seis países latino-americanos e o papel do direito no combate a padrões de exclusão social e desigualdade estrutural. Embora todos os países determinem a igualdade perante a lei, persistem as desigualdades raciais. Segundo argumentou, os processos do direito privado são potencialmente instrumentos mais eficazes do que a criminalização para enfrentar a discriminação. Também analisou currículos universitários na América Latina e ressaltou a ausência de cursos sobre direitos humanos e civis, especialmente no tocante a grupos raciais e étnicos.

Charles Moore Wedderburn dirige um programa de intercâmbio patrocinado pela CARICOM entre estudantes caribenhos e brasileiros. Ofereceu seu trabalho como exemplo do tipo de cooperação hemisférica que poderia ajudar os afro-descendentes a formularem uma agenda comum. Wedderburn também discutiu as complexidades associadas com a auto-identificação

racial. Observou que a Conferência das Nações Unidas sobre Racismo (WCAR), realizada em Durban, África do Sul, teve êxito simplesmente por ter levantado uma questão até então tabu no cenário internacional. O programa sobre raça do Diálogo contratou e em breve publicará três estudos sobre ação afirmativa no Brasil.

Carta do Diretor

É para mim uma grande satisfação publicar este boletim sobre o programa de relações raciais do Diálogo Interamericano (IAD) e a Consulta entre Agências sobre Raça na América Latina (IAC). Esperamos resumir parte do trabalho feito até agora, bem como aumentar a conscientização a respeito do elemento racial entre formuladores de políticas, preocupados com questões de desenvolvimento na América Latina.

Em junho de 2001, tive o prazer de ingressar no Diálogo como primeiro Diretor Executivo da IAC. Desde então, estou empenhado em promover a comunicação e colaboração entre as instituições membros da IAC e assim lançar os fundamentos de uma série de atividades programáticas destinadas a aprofundar os vínculos entre líderes e grupos afro-latino-americanos e instituições de desenvolvimento de Washington. Esperamos ampliar mais ainda os nossos canais de comunicação mediante a publicação regular de um boletim em futuro próximo.

Como corolário da Conferência Mundial contra o Racismo tem-se intensificado o debate sobre a população afro-latina. Neste contexto, a IAC pode ser instrumental na promoção da discussão de políticas sensíveis às condições de vida dos afro-latino-americanos.

Espero que nossos intercâmbios bem informados sobre políticas baseadas na raça tenham aumentado a conscientização dos formuladores de política a respeito das desigualdades raciais na América Latina e contribuído para o debate sobre o modo de enfrentá-las. Entretanto, estou igualmente convencido de que o início promissor da IAC serve principalmente para destacar o vasto trabalho que resta a ser feito antes que os latinos-americanos comecem a gozar de igualdade racial e de justiça social.

Luiz Barcelos

Diretor, Programa sobre Raça do Diálogo Interamericano e IAC.

No Congresso dos EUA

Em 13 de novembro de 2002, o programa sobre raça do Diálogo organizou uma reunião no Congresso dos Estados Unidos para discutir meios de focalizar a atenção do Congresso dos EUA, de maneira séria e contínua, nas questões de raça e discriminação na América Latina. Cerca de 25 pessoas participaram da reunião, incluindo assessores dos gabinetes dos Deputados Donald Payne (Democrata por New Jersey), John Conyers (Democrata por Michigan) e Cynthia McKinney (Democrata pela Geórgia) e de uma série de organizações não-governamentais. Os participantes observaram o desafio de vincular a questão afro-latino-americana aos interesses de eleitores negros e hispânicos dos membros do Congresso dos Estados Unidos. Alguns sugeriram que as desigualdades excepcionais que enfrentam as mulheres afro-latino-americanas, em particular, poderiam captar a atenção das congressistas

norte-americanos. Os participantes recomendaram que a IAC continue seus esforços no sentido de organizar reuniões entre os membros do Congresso e visitas de líderes políticos afro-latino-americanos. Além disso, os participantes concordaram quanto aos possíveis resultados da visita ao Brasil e outros países com populações afro-latino-americanos significativas de uma delegação do Congresso norte-americano.

Direitos Humanos e Relações Raciais

Os grupos de direitos humanos comprovaram ter êxito em promover a justiça social em toda a América Latina. Dada sua vasta experiência, alcance e influência, estão bem posicionados para ajudar a enfrentar também questões de discriminação racial. Num esforço para incentivar os ativistas em direitos humanos a abordar a discriminação racial, o Diálogo convocou uma reunião em abril sobre legislação, direitos humanos e relações raciais na América Latina. Mais de 30 pessoas de cerca de 16 instituições participaram da discussão dirigida por Gastón Chillier, Coordenador do Programa para a América Latina do International Human Rights Law Group; Ariel Dulitzky, principal perito da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA); e Macarena Tamayo-Calabrese, Diretora do Latin America Legal Initiative Council da American Bar Association. Chillier e Dulitzky descreveram como suas organizações promoveram a questão da raça na América Latina. Dulitzky ressaltou a importância de incentivar a participação ativa da sociedade civil e a necessidade de treinar grupos afro-latinos para terem acesso à CIDH. Tamayo-Calabrese descreveu o mandato da American Bar Association de abordar a discriminação racial na América Latina e como as lições de outros programas bem-sucedidos, tais como workshops educacionais para juízes e índices de direitos humanos poderiam ser empregados por proponentes da igualdade racial.

Grupos de Direitos Civis dos EUA

Em 6 de junho de 2002, o programa sobre raça do Diálogo organizou uma reunião com representantes de grupos de direitos civis dos EUA e organizações afro-americanas para estudar meios de desenvolver relações entre esses grupos e suas similares latino-americanas. Embora a comunicação entre grupos de afro-descendentes no Hemisfério tenha aumentado nos últimos anos, essa interação tem sido esporádica e não produziu muitas parcerias significativas. Os participantes observaram os benefícios da cooperação hemisférica entre os afro-descendentes e expressaram interesse em trabalhar com grupos afro-latino-americanos. O Diálogo comprometeu-se a organizar reuniões entre os representantes de grupos dos EUA e líderes afro-latino-americanos que visitem Washington. A reunião trouxe à luz o potencial de colaboração com o United Negro College Fund Special Programs Corporation (Corporação de Programas Especiais do Fundo Universitário Negro Unido), que se torna cada vez mais ativo na América Latina.

Consulta entre Agências sobre Raça na América Latina (IAC)

A IAC, criada há pouco mais de dois anos, é um grupo consultivo de instituições internacionais de desenvolvimento (incluindo o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Organização Pan-Americana da Saúde, a Fundação Interamericana e as Fundações Ford e Rockefeller) que se dedicam a abordar questões relacionadas com a discriminação racial, exclusão social e outros problemas de populações de afro-descendentes na América Latina. O objetivo da IAC é assegurar que as instituições membros estejam bem informadas sobre os programas e planos uns dos outros; permitam a seus participantes compartilhar informações e análises sobre a situação de latino-americanos de descendência africana; realizem atividades conjuntas de interesse mútuo; lancem atividades independentes que reforcem e enriqueçam o trabalho das organizações participantes; e mantenham um diálogo com líderes e instituições afro-latino-americanos da região.

Desenvolvimento e Atividades

As razões para a criação da IAC em 2000 foram diretas e sólidas.

- A América Latina tem uma grande população de afro-descendentes. Apesar da lamentável escassez de cifras confiáveis sobre populações de afro-descendentes, os números que compilamos indicam uma população de afro-latino-americanos de cerca de 120 milhões ou 30% de todos os cidadãos da região. Praticamente em todas as partes, essa população é alvo de discriminação racial e exclusão, sofrendo extensa privação econômica e social e exercendo bem menos cargos de liderança na sociedade. Em resumo, os afro-descendentes enfrentam uma série de problemas especiais e uma alarmante escassez de oportunidades.
- Com poucas exceções, os governos latino-americanos e organizações internacionais de cooperação (multilaterais, bilaterais, públicas e privadas) em grande parte têm ignorado a raça na formulação e implementação de programas, embora seja evidente, até mesmo ao observador mais fortuito, que a raça é um fator-chave na distribuição da renda, riqueza e serviços sociais na região. Dados sobre raça ainda são escassos e não confiáveis na maior parte da América Latina e têm havido poucos esforços sérios para estudar as necessidades e desafios que enfrentam os latino-americanos.
- Apesar de deficiências contínuas, as organizações internacionais de desenvolvimento e outras entidades de ajuda começaram a procurar estratégias para abordar os desafios específicos dos grupos de afro-descendentes na América Latina – e alguns governos parecem estar prontos para tomar medidas. A Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, realizada em Durban, África do Sul, e a reunião regional preparatória que teve lugar em Santiago, Chile, foram eventos definidores que aumentaram o nível de conscientização internacional sobre importantes questões que afetam os afro-latinos. Além de ajudar a articular grupos da sociedade civil de toda a região, os eventos ofereceram a esses grupos a oportunidade de dialogar com governos nacionais. Santiago e Durban criaram novas perspectivas para abordar questões de políticas de promoção de igualdade racial e a IAC está procurando aproveitar esta oportunidade.

O trabalho da IAC visa a três grupos. O primeiro grupo é constituído por suas instituições membros. As entidades internacionais de desenvolvimento que compõem a IAC a utilizam como fórum para tomar conhecimento dos programas uns dos outros, participar em atividades mútuas e colaborar em novas iniciativas relacionadas com afro-latinos. Para essas instituições, as lições e os conhecimentos obtidos de experiências de seus colegas na IAC são essenciais para o desenvolvimento eficaz das próprias atividades. Além disso, o pessoal que participa da IAC freqüentemente busca o apoio e reforço de outros membros da IAC ao desenvolverem os programas da própria instituição orientados para afro-latinos.

O segundo grupo a que se dirige a IAC compõe-se dos formuladores de política do Hemisfério, incluindo o governo dos Estados Unidos (especialmente o Congresso), governos latino-americanos, mídia, organizações não-governamentais e gerentes seniores de instituições membros da IAC. O papel da IAC é aumentar a visibilidade de questões raciais, levá-las à atenção desses grupos de política, incentivar os responsáveis pela tomada de decisões a atribuir proeminência em sua agenda aos problemas raciais e oferecer propostas e idéias práticas sobre o que fazer com elas.

Terceiro, a IAC procura estabelecer comunicações com grupos afro-descendentes na América Latina a fim de aumentar sua visibilidade no âmbito da comunidade de formulação de políticas e expandir seu acesso a responsáveis por tais políticas e a entidades internacionais de ajuda. A IAC espera poder ajudar esses grupos a terem acesso a oportunidades para levar suas idéias e propostas aos debates sobre políticas e introduzi-las na agenda das instituições de desenvolvimento.

Reunião Anual da IAC em 2002

A IAC realizou sua terceira conferência anual em 19 e 20 de junho de 2002 na sede da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) em Washington, D.C. Essa conferência ofereceu a oportunidade tanto para rever a orientação e os objetivos da IAC como para focalizar questões substantivas relacionadas aos afro-descendentes na América Latina. Especificamente, os participantes examinaram as implicações do fator racial na educação e políticas de saúde na América Latina e analisaram os progressos que poderiam ser feitos no sentido de conseguir igualdade racial mediante a utilização dos mecanismos tradicionais de direitos humanos. David Brandling-Bernett, Diretor Adjunto da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS); K. Burke Dillon, Vice-Presidente Executivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); e David de Ferranti, Vice-Presidente para a América Latina do Banco Mundial abriram a reunião. Apresentaram uma rápida visão geral dos programas das respectivas instituições relacionados com os afro-latinos e expressaram seu apoio a essas iniciativas e ao trabalho da IAC. As apresentações sobre educação focalizaram questões que vão desde a relação entre os níveis de educação, identificação racial e racismo no Caribe, aos meios pelos quais dados específicos sobre raça poderiam ser usados para formular programas de ação afirmativa. Foram examinadas várias iniciativas sobre raça e educação, inclusive as implementadas tanto por organizações locais como pelas multilaterais.

Ao tratarem da saúde, os participantes, examinando as experiências da região autônoma da Nicarágua e da Costa do Pacífico da Colômbia, consideraram os obstáculos à prestação de

serviços de saúde às populações de afro-descendentes marginalizados. Entre os desafios destacados figuraram a melhoria da coleta de dados e a estruturação do sistema de saúde, a fim de refletirem as características multiculturais de uma determinada sociedade. Os participantes ressaltaram melhores práticas e examinaram programas que as implementam nas comunidades de afro-descendentes de toda a América Latina. Finalmente, a predominância do HIV entre afro-latino-americanos, especialmente na América Central, foi um tema enfatizado na discussão.

O painel organizado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA abordou a discriminação e a injustiça que enfrentam os afro-descendentes. O representante do Escritório do Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU, Robert Husbands, reiterou o compromisso com a promoção da igualdade racial e assegurou aos participantes que a Conferência Mundial sobre Racismo, realizada em Durban, África do Sul, assinalou o início do trabalho a ser feito no campo dos direitos das populações de afro-descendentes.

Declaração sobre o Impacto Racial

A Ford Foundation usou a Conferência Anual de 2002 da IAC para apresentar seu requisito inovador de que os projetos apresentados para financiamento incluam "declarações sobre o impacto racial" que descrevam como as atividades afetariam grupos excluídos e marginalizados. Os participantes responderam positivamente ao novo critério de concessão de doação e até mesmo sugeriram que os bancos multilaterais de desenvolvimento considerassem a implementação de uma política semelhante. Segue abaixo um trecho dessa apresentação:

"A fim de avaliar o impacto do desenvolvimento social nas populações afro-latino-americanas, a noção de 'Declaração sobre o Impacto Racial' (RIS) pode ser um instrumento poderoso. Necessária como requisito para certas categorias de pedidos de empréstimos ou doação, a RIS é um instrumento para assegurar que as comunidades marginalizadas participem plena e igualmente dos benefícios e ônus dos projetos de desenvolvimento financiados por doadores.

Em poucas palavras, a RIS requer que os solicitantes (seja o governo ou as organizações da sociedade civil) colem e proporcionem dados sólidos e uma explicação narrativa sobre as formas em que um determinado projeto financiado afetará positiva e negativamente diferentes grupos raciais. Por exemplo, um projeto de represa deslocaria desproporcionalmente populações de afro-latinos e/ou indígenas com relação à sua representação no país em questão? Um projeto de educação atingiria e beneficiaria crianças negras e indígenas no mesmo grau que outras crianças – ou, se determinados grupos de crianças precisarem de maior atenção, o projeto proposto os beneficiaria especificamente? Se preenchida pelas pessoas que solicitam fundos, a RIS responderia a este tipo de perguntas no contexto de um determinado país, projeto e comunidade.

Conforme aqui indicado, os resultados ou o conteúdo da declaração não seriam um determinando automático de concessão do financiamento. Ao contrário, a RIS proporcionaria feedback crítico para assegurar os doadores que o financiamento promoverá a igualdade e o desenvolvimento universal e, naturalmente, não causará prejuízos. Entretanto, a RIS, em si mesma, seria obrigatória para certos tipos de pedidos de financiamento. (...)

A RIS requereria que os doadores e solicitantes adaptassem seus métodos e empregassem uma certa flexibilidade e inovação. Por exemplo, como o Banco Mundial documentou em seu workshop de novembro de 2000, "Todos Contamos"¹, a inclusão da informação racial e étnica no desenho e implementação do censo nacional é importante, no entanto, no melhor das hipóteses, irregular na América Latina.

(...) A RIS acima descrita não deve ser usada isoladamente. Para os países que dispõem de tais dados, os doadores poderiam também requerer que os solicitantes incluam, como parte de seus pedidos ou relatórios de país, um perfil mais geral da demografia da pobreza e marginalização em termos de raça e gênero. Reconhecendo que a raça, o gênero e a pobreza estão interligados em todas as Américas, um

perfil nacional completo e sofisticado informaria a missão dos doadores para aliviar a pobreza e promover o desenvolvimento.

A implementação de uma RIS não visa a ser um substituto dos esforços direcionados especificamente às populações de afro-latino-americanos e indígenas. Ao contrário, representa um instrumento adicional de avaliação de esforços passados, atuais e futuros dos doadores. Neste sentido, a informação acima descrita permite aos doadores examinar o grau em que suas estratégias de financiamento atendem às populações diversificadas da região e atingem as comunidades mais vulneráveis e empobrecidas.

Cumpra assegurar-se de que o requisito da RIS não seja aplicado cega ou universalmente a todas as programações ou atividades dos doadores. Ao contrário, será necessário cuidado para determinar categorias substantivas, geográficas e demográficas de atividades para as quais uma RIS seja mais apropriada. Uma série de projetos direcionados bem planejados, implementados, monitorados e avaliados parece uma boa estratégia inicial.”

Alan Jenkins

Diretor, Cooperação em Direitos Humanos e Internacional

The Ford Foundation

1 Data Collection and Analysis: The “TODOS CONTAMOS” Workshop. Relatório de Jeanette Sutherland. Banco Mundial, Departamento de Desenvolvimento Ambiental e Socialmente Sustentável para a América Latina e o Caribe.

George Alleyne, Diretor da OPAS, falou sobre a necessidade de desenhar sistemas de saúde que incluam todos os setores da sociedade, inclusive as populações de afro-descendentes freqüentemente ignoradas. Chamou veementemente a atenção para o que considera “tirania das médias” na análise de indicadores da saúde e instou a que se dispensasse mais atenção à distribuição dessas cifras, especialmente no tocante a grupos específicos subatendidos.

Finalmente, sugeriu-se que as Metas de Desenvolvimento do Milênio fossem usadas como ponto de referência para medir o progresso do desenvolvimento nas comunidades de afro-descendentes. Esta idéia, bem recebida pelos participantes, implicaria instar os governos, entidades de desenvolvimento e organizações da sociedade civil a tomarem medidas para assegurar que os afro-latino-americanos acompanhem o progresso à medida que o mundo em desenvolvimento se empenha em atingir as metas estabelecidas na Declaração do Milênio da ONU. Os participantes também instaram as instituições multilaterais a incorporarem as metas de diversidade racial em seus próprios quadros.

Metas de Desenvolvimento do Milênio

Os participantes da Conferência Anual de 2002 da IAC concordaram que as Metas do Milênio poderiam ser usadas para medir o progresso do desenvolvimento que atinge os afro-latino-americanos e incentivar os Estados e as entidades de desenvolvimento a incorporar este grupo freqüentemente marginalizado nos planos de desenvolvimento.

Estabelecidas pelos Estados membros das Nações Unidas na Cúpula do Milênio de setembro de 2000, as Metas do Milênio são as seguintes:

1. Erradicação da extrema pobreza e da fome
2. A universalização do acesso à educação primária
3. Promoção da igualdade entre os gêneros e autonomia da mulher
4. Redução da mortalidade infantil
5. Melhoria da saúde materna
6. Combate à AIDS, malária e outras doenças
7. Promoção da sustentabilidade ambiental
8. Desenvolvimento de parceria mundial para o desenvolvimento

Raízes Africanas/Culturas Americanas

Em 12 de dezembro de 2001 a IAC organizou, no Banco Mundial, o lançamento do livro *African Roots/American Cultures: Africa in the Creation of the Americas* (Raízes Africanas/Culturas Americanas: a África na Criação das Américas) de Sheila Walker. Mamphelle Ramphele, do Banco Mundial, recebeu Walker e seis líderes de ONGs afro-latino-americanas que contribuíram para o livro. O deputado John Conyers (Democrata pelo Estado de Michigan) e outros membros da comunidade de formulação de políticas de Washington examinaram o papel crítico que os africanos e os seus descendentes desempenharam na criação do "Novo Mundo".

No mesmo dia pela manhã, a IAC organizou um evento para a discussão sobre a experiência de vários países latino-americanos na promoção da equidade racial. Além de Sheila Walker, participaram também da mesa-redonda Romero Rodríguez, do Uruguai, Lucía Dominga Molina, da Argentina, Jorge Ramírez Reyna, do Peru, e Gilberto Leal, do Brasil. A discussão focalizou o modo como a comunidade de direitos humanos poderia atribuir mais proeminência à discriminação racial em sua agenda e trabalhar de forma mais eficaz com grupos afro-latino-americanos de promoção de direitos na região. A participação de afro-descendentes do Peru, Argentina e Uruguai sublinhou o problema da invisibilidade que os afro-descendentes geralmente enfrentam nesses países.

Legisladores Afro-Descendentes

A IAC patrocinou a visita a Washington e a New York, de 26 a 28 de junho de 2002, da Deputada Epsy Campbell, da Costa Rica, e do Deputado Luiz Alberto Silva dos Santos, do Brasil. Essa visita proporcionou aos legisladores a oportunidade de aumentar a conscientização – entre formuladores de política dos Estados Unidos, organizações de direitos humanos, bancos multilaterais de desenvolvimento e organizações negras dos EUA – a respeito dos desafios que enfrentam os afro-descendentes na América Latina. Campbell e Silva dos Santos foram convidados especiais dos Deputados Charles Rangel (Democrata pelo Estado de New York) e William Jefferson (Democrata pelo Estado da Louisiana) num almoço oferecido pelo Grupo de Parlamentares Negros do Congresso dos Estados Unidos. A discussão ressaltou as dificuldades específicas que enfrentam os formuladores de política negros e o potencial na maior comunicação e interação entre legisladores negros do Hemisfério. A Dep. Epsy e o Dep. Luiz Alberto também se reuniram com representantes do Human Rights Watch, Amnesty International e International Human Rights Law Group numa reunião organizada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA. Além disso, os legisladores reuniram-se com líderes negros da National Urban League, líderes hispânicos do National Council of La Raza, funcionários do Banco Interamericano de Desenvolvimento e representantes do Escritório de Assuntos do Hemisfério Ocidental e do Escritório de Democracia, Direitos Humanos e Trabalho do Departamento de Estado. Finalmente, o Diálogo Interamericano e a Iniciativa Global Afro-Latina e Caribenha do Hunter College da cidade de New York co-patrocinaram grupos de discussão em New York para os dois legisladores. Durante a visita, a Dep. Epsy e o Dep. Luiz Alberto insistiram em que o fim das desigualdades raciais deve fazer parte integral das políticas sociais da América Latina. Instaram os governos e as organizações de desenvolvimento a consultarem líderes afro-descendentes na formulação de políticas que afetam as respectivas comunidades.

“As contribuições dos africanos e de seus descendentes à vida pan-americana são tão centrais e fundamentais que não há forma de discutir as Américas exata e honestamente sem levá-los em consideração.
Formaram parte da agricultura que permitiu a sobrevivência dos imigrantes europeus voluntários e dos africanos involuntários.
Fizeram parte da tecnologia que permitiu a todos trabalhar e criar.
Fizeram parte da economia que possibilitou o desenvolvimento e a expansão das sociedades.
Fizeram parte da criação das línguas, nas quais todos aprenderam a se comunicar.
Fizeram parte da definição da natureza do espiritual e do modo como acessá-lo e se relacionar com ele. Fizeram parte da criação de todas as miríades de sistemas culturais, formas e estilos nos quais todos os imigrantes europeus e africanos se organizaram e expressaram suas identidades.”

Sheila Walker,
African Roots, American Cultures: Africa in the Creation of the Americas
(Lanham, MD: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2002)

Tradução: cortesia da Fundação Interamericana.

DIÁLOGO INTERAMERICANO

O Diálogo Interamericano é o principal centro de análise de política e intercâmbio sobre assuntos relacionados com o Hemisfério Ocidental. O número seleta de membros do Diálogo, constituído por 100 cidadãos de destaque das Américas, inclui líderes políticos, empresariais, acadêmicos, da mídia e líderes não-governamentais. Nove membros do Diálogo foram presidentes dos seus respectivos países e muitos deles ocuparam posições ministeriais..

O Diálogo tem por objetivo melhorar a qualidade do debate e da tomada de decisões relacionados com problemas hemisféricos, proporcionar oportunidades de cooperação econômica e política em âmbito regional e apresentar propostas de ação novas e práticas aos governos, instituições internacionais e organizações não-governamentais. Desde 1982 – durante sucessivos governos democratas e republicanos e muitas mudanças de liderança na América Latina, no Caribe e no Canadá – o Diálogo tem ajudado a formular a agenda de questões e opções sobre as relações interamericanas.

1211 Connecticut Avenue, N.W. – Suíte 510
Washington, D.C. 20036

Tel.: 202-822-9002 **Fax:** 202-822-9553

Website: www.thedialogue.org